

Mês de maio é o mês de Nossa Senhora. Para festejar vamos trazer para você durante o mês alguns títulos de Nossa Senhora. Afinal todas as “Nossas Senhoras” são a mesma mãe de Deus, Maria.

Para começar vamos estudar hoje o dogma de Maria, mãe de Deus. De onde surgiu essa veneração? Por que a igreja acredita que Maria é mãe de Deus? Confira:

---

A contemplação do mistério do nascimento do Salvador tem levado o povo cristão não só a dirigir-se à Virgem Santa como à Mãe de Jesus, mas também a reconhecê-la como Mãe de Deus. Essa verdade foi aprofundada e compreendida como pertencente ao patrimônio da fé da Igreja, já desde os primeiros séculos da era cristã, até ser solenemente proclamada pelo Concílio de Éfeso no ano 431.

Na primeira comunidade cristã, enquanto cresce entre os discípulos a consciência de que Jesus é o filho de Deus, resulta bem mais claro que Maria é a Theotokos, a Mãe de Deus. Trata-se de um título que não aparece explicitamente nos textos evangélicos, embora eles recordem “a Mãe de Jesus” e afirmem que ele é Deus (Jô. 20,28; cf. 05,18; 10,30.33). Em todo o caso, Maria é apresentada como Mãe do Emanuel, que significa Deus conosco (cf. mt. 01,22-23).

Já no século III, como se deduz de um antigo testemunho escrito, os cristãos do Egito dirigiam-se a Maria com esta oração: **“Sob a vossa proteção procuramos refúgio, santa Mãe de Deus: não desprezeis as súplicas de nós, que estamos na prova, e livrai-nos de todo perigo, ó Virgem gloriosa e bendita”** (Da Liturgia das Horas). Neste antigo testemunho a expressão Theotokos, “Mãe de Deus”, aparece pela primeira vez de forma explícita.

Na mitologia pagã, acontecia com freqüência que alguma deusa fosse apresentada como Mãe de um deus. Zeus, por exemplo, deus supremo, tinha por Mãe a deusa Reia. Esse contexto facilitou talvez, entre os cristãos, o uso do título “Theotokos”, “Mãe de Deus”, para a Mãe de Jesus. Contudo, é preciso notar que este título não existia, mas foi criado pelos cristãos, para exprimir uma fé que não tinha nada a ver com a mitologia pagã, a fé na concepção virginal, no seio de Maria, d’Aquele que desde sempre era o Verbo Eterno de Deus.

No século IV, o termo Theotokos é já de uso freqüente no Oriente e no Ocidente. A piedade e a teologia fazem referência, de modo cada vez mais freqüente, a esse termo, já entrado no patrimônio de fé da Igreja.

Compreende-se, por isso, o grande movimento de protesto, que se manifestou no século V, quando Nestório pôs em dúvida a legitimidade do título “Mãe de Deus”. Ele de fato, propenso a considerar Maria somente como Mãe do homem Jesus, afirmava que só era doutrinalmente correta a expressão “Mãe de Cristo”. Nestório era induzido a este erro pela sua dificuldade de admitir a unidade da pessoa de Cristo, e pela interpretação errônea da distinção entre as duas naturezas – divina e humana – presentes n’Ele.

O Concílio de Éfeso, no ano 431, condenou as suas teses e, afirmando a subsistência da natureza divina e da natureza humana na única pessoa do Filho, proclamou Maria Mãe de Deus.

As dificuldades e as objeções apresentadas por Nestório oferecem-nos agora a ocasião para algumas reflexões úteis, a fim de compreendermos e interpretarmos de modo correto esse título.

A expressão Theotokos, que literalmente significa “aquela que gerou Deus”, à primeira vista pode resultar surpreendente; suscita, com efeito, a questão sobre como é possível que uma criatura humana gere Deus. A resposta da fé da Igreja é clara: a maternidade divina de Maria refere-se só a geração humana do Filho de Deus e não, ao contrário, à sua geração divina. O Filho de Deus foi desde sempre gerado por Deus Pai e é-Lhe consubstancial. Nesta geração eterna Maria não desempenha, evidentemente, nenhum papel. O Filho de Deus, porém, há dois mil anos, assumiu a nossa natureza humana e foi então concebido e dado à luz Maria.

Proclamando Maria “Mãe de Deus”, a Igreja quer, portanto, afirmar que Ela é a “Mãe do Verbo encarnado, que é Deus”. Por isso, a sua maternidade não se refere a toda a Trindade, mas unicamente à segunda Pessoa, ao Filho que, ao encarnar-se, assumiu dela a natureza humana.

A maternidade é relação entre pessoa e pessoa: uma mãe não é Mãe apenas do corpo ou da criatura física saída do seu seio, mas da pessoa que ela gera. Maria, portanto, tendo gerado segundo a natureza humana a pessoa de Jesus, que é a pessoa divina, é Mãe de Deus.

Ao proclamar Maria “Mãe de Deus”, a Igreja professa com uma única expressão a sua fé acerca do Filho e da Mãe. Esta união emerge já no Concílio de Éfeso; com a definição da maternidade divina de Maria, os Padres queriam evidenciar a sua fé a divindade de Cristo. Não obstante as objeções, antigas e recentes, acerca da oportunidade de atribuir este título a Maria, os cristãos de todos os tempos, interpretando corretamente o significado dessa maternidade, tornaram-no uma expressão privilegiada da sua fé na divindade de Cristo e do seu amor para com a Virgem.

Na Theotokos a Igreja, por um lado reconhece a garantia da realidade da Encarnação, porque – como afirma Santo Agostinho – “se a Mãe fosse fictícia seria fictícia também a carne... fictícia seriam as cicatrizes da ressurreição” (Tract. In Ev. Ioannis, 8,6-7). E, por outro, ela contempla com admiração e celebra com veneração a imensa grandeza conferida a Maria por Aquele que quis ser seu filho. A expressão “Mãe de Deus” remete ao Verbo de Deus que, na Encarnação, assumiu a humildade da condição humana, para elevar o homem à filiação divina. Mas esse título, à luz da dignidade sublime conferida à Virgem de Nazaré, proclama, também, a nobreza da mulher e sua altíssima vocação. Com efeito, Deus trata Maria como pessoa livre e responsável, e não realiza a Encarnação de seu Filho senão depois de ter obtido o seu consentimento.

Seguindo o exemplo dos antigos cristãos do Egito, os fiéis entregam-se Àquela que, sendo Mãe de Deus, pôde obter do divino Filho as graças da libertação dos perigos e da salvação eterna.

**Extraído do livro A virgem Maria** □

João Paulo II